



REVISTA TERCEIRO INCLUÍDO

ISSN 2237-079X

Transdisciplinaridade e Temas Contemporâneos

V. 12 - 2022

BONFÁ NETO, Dorival; SUZUKI, Júlio César

Interdisciplinaridade, Ecologia Política E Comunidades Tradicionais Na América Latina

pp. 05-24

DOI: [10.5216/teri.v12i1.74785](https://doi.org/10.5216/teri.v12i1.74785)

INTERDISCIPLINARIDADE, ECOLOGIA POLÍTICA E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA¹

INTERDISCIPLINARIEDAD, ECOLOGÍA POLÍTICA Y COMUNIDADES TRADICIONALES EN AMÉRICA LATINA

INTERDISCIPLINARITY, POLITICAL ECOLOGY AND TRADITIONAL COMMUNITIES IN LATIN AMERICA

Dorival BONFÁ NETO²

Júlio César SUZUKI³

Resumo: A América Latina trata-se de uma região historicamente espoliada, dentro da constituição do sistema mundo, e excluída, em relação ao pensamento social que produziu. Porém, trata-se de uma das regiões com maior biodiversidade e diversidade cultural do mundo, elementos constantemente ameaçados e postos em disputa entre os povos e interesses hegemônicos dos processos da modernidade capitalista. Assim, pretendemos discutir a relevância da interdisciplinaridade, da complexidade e da Ecologia Política nos estudos que envolvem os povos e comunidades tradicionais e a questão ambiental na América Latina. Para isso, seguimos uma abordagem que transita entre o conhecimento tradicional e o científico e que seja capaz de fornecer aspectos para a compreensão da chamada crise ambiental, cujos povos e comunidades tradicionais são sujeitos que tem o potencial de mitiga-la, pois adotam sistemas produtivos menos predatórios. A metodologia, de abordagem qualitativa, tratou-se de uma revisão e análise bibliográfica em que foram utilizados alguns autores clássicos sobre a temática, dando preferência para autores latino-americanos, a fim de nos utilizarmos das abordagens provenientes das epistemologias críticas latino-americanas e do campo da Ecologia Política.

Palavras-chave: Diálogo de saberes. Ecologia Política. Epistemologias latino-americanas. Interdisciplinaridade. Povos e comunidades tradicionais.

Resumen: América Latina es una región históricamente desposeída, dentro de la constitución del sistema mundial, y excluida, en relación con el pensamiento social que produjo. Sin embargo, es una de las regiones con mayor biodiversidad y diversidad cultural del mundo, elementos constantemente amenazados y puestos en disputa entre los pueblos e intereses hegemónicos de los procesos de la modernidad capitalista. Así, pretendemos discutir la relevancia de la interdisciplinariedad, la complejidad y la Ecología Política en los estudios que involucran a los pueblos y comunidades tradicionales y la cuestión ambiental en América Latina. Para ello, seguimos un enfoque que transita entre el conocimiento tradicional y el científico y que es capaz de brindar aspectos para la comprensión de la llamada crisis ambiental, cuyos pueblos y comunidades tradicionales son sujetos que tienen el potencial de mitigarla, en la medida en que adoptan sistemas productivos menos depredadores. La metodología, con un enfoque cualitativo, fue una revisión y análisis bibliográfico en el que se utilizaron algunos autores clásicos en el tema, dando preferencia a autores latinoamericanos, con el fin de utilizar enfoques de epistemologías críticas latinoamericanas y del campo de la Ecología Política.

Palabras clave: Diálogo de saberes. Ecología política. Epistemologías latinoamericanas. Interdisciplinariedad. Pueblos y comunidades tradicionales.

Abstract: Latin America is a historically dispossessed region, within the constitution of the world system, and excluded, in relation to the social thought it produced. However, it is one of the regions with the greatest biodiversity and cultural diversity in the world, elements constantly threatened and put into dispute between peoples and hegemonic interests of the processes of capitalist modernity. Thus, we intend to discuss the relevance of interdisciplinarity, complexity and Political Ecology in studies involving traditional peoples and communities and the environmental issue in Latin America. For this, we follow an approach that transits between traditional and scientific knowledge and that is capable of providing aspects for understanding the so-called environmental crisis, whose peoples and traditional communities are subjects that have the potential to mitigate it, as they adopt productive systems less predatory. The methodology, with a qualitative approach, was a review and bibliographical analysis in which some classic authors on the subject were used, giving preference to Latin American authors, in order to use approaches from Latin American critical epistemologies and from the field of Political Ecology.

Keywords: Dialogue of knowledge. Interdisciplinarity. Latin American epistemologies. Political Ecology. Traditional peoples and communities.

1 Esse artigo faz parte de uma pesquisa doutoral em processo, Território, modo de vida e pesca artesanal marítima no Brasil e na Colômbia, pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. Agradecemos ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Graduado em Geografia, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP) e professor na educação básica. E-mail: dorival.neto@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7570-5441>

3 Graduado em Geografia e em Letras, com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor do Departamento de Geografia (FFLCH/USP) e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>.

INTRODUÇÃO

Desde antes, desde quando as primeiras caravelas apontaram no horizonte, até nossos dias, a história das Américas é uma história de traição à palavra: promessas quebradas, pactos descumpridos, documentos assinados e esquecidos, enganos, ciladas. “Te dou minha palavra”, segue-se dizendo, mas poucos são os que dão, com a palavra, algo mais do que nada. Não haverá o que aprender com os perdedores, como em tantas outras coisas? Os primeiros habitantes das Américas, derrotados pela pólvora, pelos vírus, pelas bactérias e também pela mentira, compartilhavam a certeza de que a palavra é sagrada, e muitos dos sobreviventes ainda acreditam nisso. [...] As culturas americanas mais americanas de todas foram desqualificadas, desde o início, como ignorâncias. Em sua maioria não conheciam a escrita. A *Ilíada* e a *Odisseia*, as obras fundadoras disso que chamam a cultura ocidental, também foram criadas por uma sociedade sem a escrita, e suas palavras voam cada vez melhor. Oral ou escrita, a palavra pode ser um instrumento de poder ou ponte de encontro. A desqualificação tinha, e continua tendo, outro motivo muito mais realista: estamos amestrados para ouvir e repetir apenas a voz do vencedor (GALEANO, Eduardo. *O teatro do bem e do mal*. Porto Alegre: LPM, 2017, p.46-47).

O estudo das comunidades tradicionais na América Latina se insere em um debate relativo à questão ambiental que engloba inúmeras temáticas, como identidade, conflitos socioambientais e territoriais, uso, apropriação e manejo dos recursos naturais, Políticas Públicas, governança, Patrimônio Cultural material e imaterial, entre outros. Nessa perspectiva, para uma discussão que envolve temas complexos como esse, é necessário adotar um ferramental metodológico inter ou transdisciplinar e complexo. Diegues (2001), Liu et al (2007) e Moran (2011) afirmam que as questões ambientais estão em uma interface entre as Ciências Naturais e as Sociais e por isso necessitam de um tratamento que seja interdisciplinar e que demande a contribuição e a ação orgânica das diversas disciplinas, superando a multidisciplinaridade, mais focada na presença de várias disciplinas na análise, e atingindo a interdisciplinaridade (DIEGUES, 2001, 2019; LEFF, 2011), ou a transdisciplinaridade (MORAN, 2011; MORIN, 2012).

Diegues (2001) e Morin (2012) esclarecem a diferença entre transdisciplinaridade e interdisciplinaridade, sendo que esta implica na cooperação e no encontro entre duas ou mais disciplinas, cada uma delas com seus planos conceituais, teorias e métodos, já aquela implica no contato e cooperação entre diferentes disciplinas quando estas adotam um mesmo paradigma ou método de investigação.

Sendo assim, para esses estudos, que se enquadram nos chamados sistemas socioecológicos (LIU et al, 2007; MORAN, 2011), uma só disciplina é incapaz de compreender e discutir toda a complexidade envolvida nos mesmos (DIEGUES, 2019; MORIN, 2012; MORAN, 2011; LEFF, 2011; LIU et al, 2007). Segundo Liu et al (2007), as interações entre sistemas humanos e naturais demandam considerar não somente variáveis ecológicas (habitat, padrões de paisagem, biodiversidade) ou humanas (processos socioeconômicos e culturais, redes sociais, governança) mas sim variáveis que conectam ambos, integrando ferramentas das Ciências Sociais e Naturais, como os Sistemas de Informações Geográficas, para a coleta de dados, manejo, análise, modelação e integração, também com os saberes e conhecimentos tradicionais (DIEGUES, 2001, 2019; LEFF, 2009a, 2009b).

Com isso, para pesquisas que abrangem comunidades tradicionais na América Latina, e que em um viés mais amplo discutem as temáticas da apropriação, uso e manejo de recursos naturais, os conflitos socioambientais que as envolvem, juntamente com suas culturas e modos de vida, faz-se necessário o uso de um ferramental metodológico que seja inter ou transdisciplinar, com forte preocupação e rigor na teoria e no método (MORAN, 2011; MORIN, 2012), e que reconheça que os problemas postos são complexos (LEFF, 2009a, 2011; MORIN, 2012), nos quais intervêm processos de diferentes escalas, temporalidades e racionalidades.

Frente a essas questões que estão postas, temos o objetivo de discutir a relevância da interdisciplinaridade (DIEGUES, 2001; LEFF, 2009a, 2009b, 2011; MORAN, 2011; LIU et al 2007), da Complexidade (LEFF, 2009a, 2011; LIU et al 2007; MORIN, 2012) e da Ecologia Política (ESCOBAR, 2015; LEFF, 2015; PORTO GONÇALVES, 2012; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015) nos estudos que envolvem as comunidades tradicionais e a questão ambiental na América Latina.

Isso será feito a partir de uma revisão bibliográfica em que serão utilizados alguns autores clássicos sobre a temática e daremos preferência para autores latino-americanos, a fim de nos utilizarmos das epistemologias críticas da América Latina, para um debate em prol do desenvolvimento local que está em desencontro com a reprodução ampliada do capital e com a colonialidade do saber, do ser e do poder, como propõe a abordagem descolonial. Para isso, é necessário um enfoque que consiga transitar entre o conhecimento tradicional e o científico, advindo das Ciências Naturais e Sociais, que seja capaz de fornecer aspectos para a compreensão da crise ambiental.

SOCIEDADES TRADICIONAIS E AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA

Pensar a América Latina não é somente pensar em um objeto de estudo, é pensar muito além, em um projeto de sociedade e de vida, de relação com a natureza e com os saberes, pois todos os povos latino-americanos têm em comum uma história colonial e violenta, e estamos submetidos ainda a uma condição de colonialidade do saber, do ser e do poder (CASTRO-GOMÉZ, 2000; LANDER, 2000; QUIJANO, 2000, 2005). Nessa perspectiva, para compreender a nossa história é necessária uma epísteme latino-americana anticolonial.

O conceito de América Latina é utilizado para indicar um recorte espacial, que tem a sua origem em uma apropriação que intelectuais de origem hispânica nascidos na América criam a partir de uma divisão entre Latinos e Anglo-Saxões em um contexto de disputa pela hegemonia dentro da Europa, principalmente entre católicos (Latinos) e protestantes (Anglo-Saxões). Assim, o termo América Latina, para espanhóis e franceses representou um combate à expansão dos EUA e preceitos imperialistas baseados na superioridade dos Latinos europeus (PORTO GONÇALVES; QUENTAL, 2012).

[...] o conceito de América Latina surge associado com a noção de “latinidade”, uma forma encontrada pelos franceses de diferenciarem-se da Europa anglo-saxônica (Inglaterra) e demarcarem o interesse dos países europeus de origem latina sobre a América, ao mesmo tempo em que confrontavam a franca expansão dos Estados Unidos. Não podemos esquecer, entretanto, que a França havia apoiado a luta de independência dos Estados Unidos (1776), até

porque isso ajudava a debilitar o império inglês seu inimigo na Europa. (PORTO GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p.10).

Mesmo que o conceito foi historicamente construído em busca de perpetuar relações de poder, pode-se dizer que em todos os países latino-americanos temos em comum uma longa história: de ocupação ancestral milenar com o desenvolvimento de muitas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, de colonização, dizimação das populações autóctones, escravidão, latifúndio, golpes políticos⁴, presença reduzida de experiências democráticas e governos populares.

Na América Latina, concentram-se diversos recursos naturais, que incluem recursos minerais (ouro, prata, cobre, bauxita, estanho, níquel etc) e recursos energéticos (petróleo, gás natural, urânio e disponibilidade hidrelétrica). Também estão os maiores mananciais de água doce do mundo (Alter do Chão e Amazônia), as duas maiores áreas continentais alagadas do planeta (Pantanal/Chaco e a planície do Rio Araguaia/Ilha do Bananal), a maior reserva de petróleo (Venezuela), e grandes reservas de outros recursos minerais e naturais, como o cobre no Chile (maior reserva mundial) e o ferro no Brasil (terceira maior reserva global) (PORTO GONÇALVES, 2012).

Porto Gonçalves (2012) afirma que a América Latina é a maior reserva genética do mundo. Além disso, dispomos de 7% da população mundial, entre 42 e 45% da água doce da Terra, metade da biodiversidade mundial, sede de enormes depósitos de petróleo, gás e minerais estratégicos e de terras aptas para a produção de todo tipo de alimentos de origem vegetal ou animal, 80% das reservas de lítio, a maioria na Bolívia (BORON, 2020). Muito desta riqueza se pode identificar na Figura 1, ainda que de maneira muito simplificada.



Figura 1. Recursos naturais na América Latina

Fonte: Geography Name (2016). Disponível em: . Acesso em: 15 nov. 2021.

4 Durante o século XX os países latino-americanos sofreram golpes que implantaram ditaduras militares com o apoio dos EUA: Guatemala e Paraguai (1954), Brasil (1964), República Dominicana (1965), Argentina (1966), Nicarágua (1967), Peru (1968), Bolívia (1971), Equador (1972), Chile e Uruguai (1973) e El Salvador (1979).

Por isso, pensar em América Latina é ter como pressuposto que natureza e sociedade são indissociáveis, não podem ser pensadas como separadas, como nos demonstra o pensamento descolonial contemporâneo (CASTRO-GOMÉZ, 2000; ESCOBAR; 2000, 2015; LANDER, 2000; MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2000, 2005). Esse argumento ainda se reforça pela presença de inúmeras comunidades tradicionais em todo o continente latino-americano, em uma diversidade que se deu devido a sensíveis e expressivos vínculos estabelecidos pelas sociedades com seus ambientes, possibilitando múltiplas determinações.

Toda essa diversidade de biodiversidade pode ser notada nos significados dos nomes dos países Sul-americanos, que fazem alusão aos elementos da natureza, da fauna e da flora (exceto os que se referem a nomes de personagens), conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2. Toponímia dos países Sul-americanos



Fonte: BBC (2018). Mapa sem escala. Disponível em: . Acesso em: 10 dez. 2021.

Dessa maneira, durante toda a nossa história de formação do subcontinente latino-americano, o que chamamos de natureza foi um elemento determinante para a formação sociocultural dos povos. As terras latino-americanas que um dia foram apropriações (comunais) das sociedades originárias, hoje estão sobre leis criadas pelos governos sem levar em contas os saberes ancestrais e as necessidades das populações que lá habitam, ou seja, se manteve a visão de colonizar e conquistar, para transformar em pasto, em monocultura ou simplesmente preservar (GOMÉZ POMPA; KAUS, 2000). É por meio da invasão dos colonizadores que os povos originários experimentam uma longa história de exploração, expropriação e desterritorialização (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Os territórios culturais da América Latina são derivados do legado de suas ricas e diversas culturas e de seus conhecimentos tradicionais que remontam as formas ancestrais de ocupação. Essas populações desenvolveram um rico repertório de conhecimentos que em encontro com a diversidade biológica constituiu um patrimônio histórico dos povos e comunidades tradicionais, construídos com e não contra a natureza (PORTO GONÇALVES, 2012; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Por essa perspectiva, a biodiversidade é resultado do território mais cultura (ESCOBAR, 2015). Gómes Pompa e Kaus (2000) indicam que quase todas as áreas do globo um dia já foram cultivadas. Mesmo que pareçam espaços intocados, essas populações mantiveram e estimularam a sua biodiversidade, por meio de um etnomanejo (manejo realizado pelas populações tradicionais), que por sinal tem sido negligenciado pelos governos na elaboração de legislações e políticas públicas (DIEGUES, 2019).

Atualmente na América Latina, há o predomínio de um modelo de desenvolvimento agrário que se enquadra no processo de reprodução ampliada do capital, supervalorizando o repertório científico eurocêntrico e as técnicas ocidentais e desconsiderando o conhecimento e as técnicas próprias das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas (DIEGUES, 2019). Nesse sentido, práticas de manejo dos recursos naturais, sejam elas agrícolas, extrativistas, pesqueiras, como os terraceamentos⁵, a adubação verde⁶ e algumas técnicas de pesca artesanal, antes praticadas pelas comunidades e povos tradicionais, foram totalmente desprezadas em função de monoculturas agrícolas, uso de químicos, pesca industrial etc., que promovem uma intensa exploração dos recursos dos países latino-americanos, e dos países subdesenvolvidos em geral (LEFF, 2009; MORAN, 2011).

Como comunidades e povos tradicionais, entendemos:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007⁷).

Esses grupos são portadores dos chamados conhecimentos tradicionais (DIEGUES, 2019), que podem ser referidos também como: saberes tradicionais, conhecimentos locais, etnosaberes e memória biocultural, e na literatura inglesa eles são chamados de tradicional, não ocidental ou conhecimentos tradicionais ecológicos (PORTO GONÇALVES, LEFF, 2015). De forma geral, esses conhecimentos práticos, reflexivos e experimentais representam um patrimônio cultural transmitido de geração em geração, assim relacionando cultura, território e identidade (DIEGUES, 2019; PORTO GONÇALVES, LEFF, 2015).

Sendo assim, para além dos danos ambientais causados pela “imposição” de modelos produtivos ocidentais - que desprezam esses conhecimentos tradicionais - e do chamado desenvolvimento (CASTRO, 2007), estão os danos culturais, pois muitas culturas não ocidentais

5 Técnica agrícola voltada para o plantio e para a conservação do solo, empregada em terrenos muito inclinados, controlando a erosão hídrica e permitindo o cultivo.

6 Técnica agrícola que promove a reciclagem do solo a partir do plantio de determinadas espécies vegetais, que fornecem nutrientes e fertilizam o solo, principalmente aquelas espécies que são da família das leguminosas, gramíneas, crucíferas e de cereais.

7 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instaurada com o Decreto nº 6.040/2007.

(indígenas e não indígenas, como os camponeses, pescadores, ribeirinhos etc.) têm os seus modos de vida ameaçados frente a expansão dessas atividades predatórias ambiental e culturalmente (DIEGUES, 2001; 2019; LEFF, 2009b).

Nesse sentido, somos permeados por uma visão ocidental do pensamento ambiental que:

[...] negligencia as percepções e as experiências das populações rurais, pessoas que têm as mais próximas ligações com a terra e encaram o ambiente natural à sua volta antes de tudo como professor e provedor. Negligencia os que são afetados mais diretamente pelas atuais decisões políticas, tomadas em cenários urbanos e referentes ao uso dos recursos naturais. Ela negligência os que nos alimentam. (GOMÉZ POMPA; KAUS, 2000, p.126).

Essa visão que negligenciou e negligencia os conhecimentos tradicionais dos povos e comunidades tradicionais latino-americanos é vista pela teoria descolonial como um processo em que a modernidade acompanha uma colonialidade, em que está implícita a marginalização das culturas e dos conhecimentos não ocidentais (ESCOBAR, 2015; LEFF, 2015). O pensamento ocidental institui a América sob fundamentos de relações sociais e de poder que são baseados no extermínio das populações originárias, na servidão, na escravidão, na espoliação da terra e na exploração dos recursos naturais (PORTO GONÇALVES; QUENTAL, 2012).

Enrique Leff (2009b) afirma que foi a chegada do capitalismo mercantil, por meio da colonização europeia, que marcou o início dessa destruição de práticas tradicionais de manejo e a apropriação dos recursos naturais, que eram extraídos das colônias e enviados às metrópoles. Esse processo, ainda totalmente em vigor, culminou na degradação de muitos sistemas culturais e ecológicos e no fim de muitas práticas tradicionais de manejo e uso dos recursos naturais (DIEGUES, 2019), que para Leff (2009b), associado com a dependência tecnológica, é a causa do subdesenvolvimento.

Por isso, a nossa compreensão de subdesenvolvimento é este como sendo um produto do desenvolvimento desequilibrado do mundo, em que os países subdesenvolvidos pagam o preço por meio do esbanjamento inconsiderado dos recursos naturais, bem como as rupturas de seus sistemas ecológico-sociais. Essa ideia também defendida, desde os anos 1970, pelo médico, geógrafo e político brasileiro Josué de Castro (2007, p.167):

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta. [...] Os países subdesenvolvidos que lutam pela sobrevivência devem se preocupar com os problemas do meio e do desenvolvimento em escala mundial, para se defenderem das agressões que o seu próprio povo sofre há séculos por parte das metrópoles colonialistas, destruidoras da condição humana nas áreas subdesenvolvidas.

O embate em torno da questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento remete também ao conceito de desenvolvimento sustentável, surgido em fins dos anos 1980. O conceito surge para harmonizar a ideia de conservação da natureza com as metas de desenvolvimento do sistema capitalista, por meio de ideias para acumular valores biológicos, sociais e culturais para a

biodiversidade, ou seja, para uma mercantilização da biodiversidade (ESCOBAR, 2015), em que esta aparece não só como uma diversidade de formas vivas, mas como reservas naturais (de habitat e de diversidade natural e cultural), valorizadas por sua riqueza genética, como recursos para o ecoturismo e por sua função de coletar carbono (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Leff (2009b, 2011) afirma que nunca se transformou o mundo com base nos conhecimentos ocidentais capitalistas como o faz hoje, principalmente com o ambiente e seus recursos naturais, que são transformados em valor de troca, em um processo de mercantilização da natureza que culmina na expropriação cultural e social, principalmente nos países subdesenvolvidos, mas sempre com as populações subalternas (em todos os continentes).

Dentro dessa problemática que abrange sociedade, cultura, economia e natureza, faz-se necessário construir uma análise pautada na interdisciplinaridade e baseada nos potenciais ecológicos, nas identidades culturais e na construção de uma racionalidade alternativa de desenvolvimento, com referência na reinvenção dos territórios, na reapropriação social da natureza e na descolonização dos saberes, como também propõe a Ecologia Política (ESCOBAR, 2015; LEFF, 2015; PORTO GONÇALVES, 2012; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

CRISE AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE

As questões ambientais, tais como a perda da diversidade biológica, a poluição de rios e mares, a desertificação crescente, a destruição florestal, entre outras, emerge nas ciências em fins da década de 1960 e início de 1970. Essas questões se tornam temas globais, sendo uma resposta à percepção que os cientistas foram tendo da crise ambiental, que pode ser considerada um sintoma de uma crise social e do saber, guiada pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado (LEFF, 2011).

Porto Gonçalves e Leff (2015) afirmam que essa crise, que é civilizatória, emergiu a partir da percepção dos problemas ambientais e questionou a divisão entre natureza e cultura presente na concepção de mundo ocidental e eurocêntrica, configurando uma racionalidade dominante, que dissolveu áreas geográficas, territórios e seus significados culturais. Os autores defendem que a separação entre as Ciências Humanas e Naturais esteve relacionada com a separação das comunidades tradicionais e dos camponeses de seus territórios, que foram incorporados sob uma lógica mercadológica.

Nesse sentido, essa crise não se trata somente de uma crise natural, mas sim de uma crise socioambiental e civilizatória, que exige não só uma alteração nos padrões científico-tecnológicos, como também uma mudança nos valores consumistas da sociedade moderna (DIEGUES, 2001; LEFF, 2009a, 2009b). Antônio Carlos Diegues (2001, p.22-23) pontua as principais características dessa crise:

- a) Global: atingindo todos os ecossistemas e a biosfera como um todo, gerando os problemas ambientais hoje tidos como globais [...].
- b) Acelerada e Crescente: [...] tendo seu início no começo da Revolução industrial e acelerando-se no pós-guerra. [...].
- c) Irreversível: muitos ecossistemas não suportam a carga de poluentes [...] degradando-se de

- forma irreversível. [...]
- d) Ameaçadora, pelas suas dimensões: a capacidade crescente de destruição do meio ambiente e da vida humana assume proporções nunca vistas. [...].
- e) Reforçadora das desigualdades sociais e entre nações: as multinacionais exportando lixo tóxico e químico, bem como indústrias poluentes para os países do Terceiro Mundo.
- f) Causadora de impactos socioculturais de grandes proporções: os que mais sofrem com a degradação ambiental são as camadas mais pobres das cidades [...] as populações rurais [...] os chamados “excluídos”, dos países desenvolvidos, geralmente migrantes e refugiados [...].

Como uma resposta a essas crises, as questões ambientais surgem como campos desconhecidos, novos e relegados, mas que reivindicam um método interdisciplinar que seja capaz de reintegrar o conhecimento acerca da natureza em sua relação com as sociedades humanas para uma melhor compreensão da complexidade presente na realidade (LEFF, 2011). Esse movimento pode ser expresso no surgimento de algumas obras como *Primavera Silenciosa* (1962) de Rachel Carson, *Estratégia do desperdício* (1965) de Vance Packard, *A Bomba Populacional* (1968) de Paul Ehrlich, *A Teoria Geral de Sistemas* (anos 1950) de Bertalanffy, *O Homem Unidimensional* (1969) de Herbert Marcuse, *Da Gramatologia* (1967) de Derrida, *A Arqueologia do Saber* (1969) de Michel Foucault, *A Lei da Entropia e o Processo Econômico* (1971) de Nicolás Georgescu Roegen, *Os limites do crescimento* (1972) de Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers, and William W. Behrens III, *Gaia: um novo olhar sobre a vida na terra* (1979) de James Lovelock e *O mito do desenvolvimento* (1974) de Celso Furtado. Além disso, a partir da década de 1960 também houve uma emergência de movimentos emancipatórios e questionadores, como os movimentos feministas, negros, estudantis e ambientalistas e o movimento negro (DIEGUES, 2001; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Leff (2015) afirma que a crise ambiental e a fragmentação do conhecimento impediram uma análise dos complexos processos socioambientais. Como consequência emergiram nas ciências métodos interdisciplinares e de pensamento complexo para os estudos socioambientais. Esse processo marcou uma mudança na concepção de natureza, que se tornou um campo de disputa política e apropriação social, em que esta não era mais algo a ser dominado, quantificado e transformado, mas sim algo à ser redefinido epistemologicamente, a partir de uma visão ecológica e complexa (MORIN, 2012), em que teorias de sistemas, métodos interdisciplinares e o pensamento complexo convergem para uma reordenação e reintegração do conhecimento.

Edgar Morin (2012) aponta esse momento (décadas de 1960 e 1970) como o início de um elo mais complexo entre as Ciências Humanas e as Naturais, expresso no tratamento de temas sob um viés da complexidade, como, por exemplo, a Teoria Geral dos Sistemas e a expansão de novas ciências como a Ecologia, a Cosmologia e as Ciências da Terra. Ao tratar de sistemas complexos, em que as partes e o todo produzem e se organizam entre si, essas ciências “[...] rompem com o velho dogma reducionista de explicação pelo elementar: elas tratam de sistemas complexos” (MORIN, 2012, p.27).

Além desses eventos, na década de 1970 e 1980, começam a surgir movimentos e instituições ecológicas, além dos primeiros Partidos Verdes (Inglaterra e Alemanha). Quanto aos países subdesenvolvidos, no Brasil, tem-se o surgimento do Movimento dos Seringueiros⁸ e, na Índia, o Chipko Movement⁹, ambos associam conservação da natureza à dos modos de vida tradicionais (DIEGUES, 2001). Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, reconhece que uma das maneiras de “solucionar” a problemática ambiental está na reformulação do conhecimento sob métodos e técnicas interdisciplinares (LEFF, 2011; PORTO GONÇALVES, 2012).

Josué de Castro, em um ensaio apresentado nessa mesma conferência¹⁰, chama a atenção para a questão dos problemas ambientais analisada de forma parcial, não levando em conta as estruturas econômicas e mentais dos diferentes grupos humanos nos diferentes espaços geográficos, sendo o meio tratado apenas como um conjunto de elementos materiais que configuram as paisagens geográficas. Castro (2007, p.166) defende a posição de que:

Uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do contorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado uma totalidade. [...] o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente. Esse conceito é mais amplo e mais objetivo que o resultante de uma concepção do meio como sistema de relações mútuas entre os seres vivos e o contorno natural, considerados ambos como fenômenos isolados.

Nesse sentido, Castro (2007) defende que o ambiente compreende tanto fatores materiais como aqueles de ordem econômica, cultural e simbólica, portanto, para esses estudos (principalmente os científicos), seria necessária uma abordagem mais ampla. Além disso, é apontado que o principal fator responsável pela crise ambiental seria, mesmo que de maneira indireta, a partir da expansão da economia e da desigualdade econômica, expressa nas mais diversas escalas (global, regional e local) e que, por essa lógica, o subdesenvolvimento seria uma consequência do desenvolvimento, e não a ausência do mesmo, como pensado na época¹¹.

Sobre esse momento histórico para a questão ambiental global, Enrique Leff (2011, p.310) pontua que:

Paulatinamente passou-se da noção de ambiente que considera essencialmente os aspectos biológicos e físicos, a uma concepção mais ampla, que dá lugar às questões econômicas e socioculturais, reconhecendo que, se os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do ambiente humano, as dimensões socioculturais e econômicas definem as orientações

8 Movimento que eclode na Amazônia brasileira (estado do Acre) nos anos 1980, liderado por Chico Mendes (1944-1988), visando a conservação dos recursos da floresta e a garantia da presença das comunidades tradicionais em seus territórios (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

9 Movimento liderado por mulheres que floresce na Índia nos anos 1970, como resultado de iniciativas independentes de comunidades tradicionais que buscavam a conservação das florestas para garantir os seus meios de subsistência com o uso sustentável dos recursos. Para Leff (2015), foi um dos principais movimentos ecofeministas provenientes do mundo subdesenvolvido, que transcendeu uma visão naturalista e socialista do problema de gênero e ambiental.

10 Colóquio sobre o meio, realizado em junho de 1972 na cidade de Estocolmo. O texto foi publicado originalmente no Correio da UNESCO, a.1, n. 3, 1973.

11 E como divulgado principalmente pelos desenvolvimentistas e estruturalistas, representados na América Latina principalmente pela CEPAL, de Celso Furtado e Raul Prebisch.

conceituais, os instrumentos técnicos e os comportamentos práticos que permitem ao homem compreender e utilizar melhor os recursos da biosfera para a satisfação de suas necessidades.

Nessa perspectiva, Arturo Escobar (2015) afirma que o ambiente é uma construção cultural e simbólica, e a maneira como essa construção é feita tem intensas implicações em seu uso e manejo. De modo que, o termo interdisciplinaridade deve transcender o campo da pesquisa e do ensino, sendo entendido como toda colaboração entre os mais distintos campos do conhecimento e as diversas formas de saber, em especial os saberes e conhecimentos tradicionais, desenvolvidos pelos mais diversos atores, como povos e comunidades tradicionais (LEFF, 2009b).

Mesmo tendo eclodido e tomado forma na ciência moderna, nesse momento apontado (décadas de 1960 – 1970), e certos temas contemporâneos terem se demonstrado mais aptos ao exercício da interdisciplinaridade, Diegues (2001) defende que a interdisciplinaridade é um dos aspectos inerentes à própria ideia de ciência, presente desde a gênese da cultura ocidental. Como exemplos, o autor cita a Biblioteca de Alexandria (esforço por reagrupar artes, ciências, técnica e letras), as Universidades Medievais (ambição de integrar muitos saberes humanos), a Enciclopédia (criada pelos iluministas no século XVIII em busca da unificação do saber), a Universidade de Berlim (com a integração entre ciências e letras). Por outro, Diegues (2001) indica que as Ciências Sociais, principalmente a Antropologia e a Sociologia, ainda apresentam uma participação muito reduzida nos estudos ambientais, o que está expresso no conceito de ambiente, ainda considerado como “natural” e biológico, como Castro (2007) havia criticado nos anos 1970.

Para Leff (2011), os desafios contemporâneos em torno da questão da interdisciplinaridade nas Ciências Ambientais giram em torno da reflexão crítica sobre os fundamentos do conhecimento científico que, movido por um pragmatismo funcionalista, “externaliza” o ambiente e desconhece o saber ambiental. É nessa perspectiva que a reflexão sobre uma prática interdisciplinar pode ser fundada em um saber ambiental que articule outras formas de saberes, outras maneiras de relação com a natureza, que rompa com um funcionalismo e pragmatismo.

A produção “interdisciplinar” de conhecimentos se insere, dessa maneira, no marco das lutas por certa autonomia cultural, pela autogestão dos recursos das comunidades, pela propriedade das terras de uma população; pela produção e pela aplicação de certos conhecimentos que permitam uma apropriação coletiva dos recursos naturais, uma produção sustentável e uma divisão mais equitativa da riqueza, para satisfazer as necessidades básicas das comunidades e para melhorar sua qualidade de vida. (LEFF, 2011, p.317).

Dessa forma, para se abordar a questão da interdisciplinaridade e orientar políticas ambientais, é necessário seguir algumas recomendações (LEFF, 2011): a) avaliar as condições econômicas, políticas, institucionais e tecnológicas que são determinantes na conservação e no uso do ambiente e dos estilos de ocupação do território; b) avaliar o grau e as formas de participação comunitária na governança dos recursos; c) estudar os efeitos da problemática ambiental nas transformações metodológicas, principalmente nos conceitos relacionados à natureza e a outras formas de saberes. Nesse sentido, a interdisciplinaridade é “[...] uma chamada para a complexidade, a restabelecer as interdependências e inter-relações entre processos de diferentes ordens de

materialidade e racionalidade” (LEFF, 2011, p.219).

Devemos sempre fazer o esforço da aplicação de todos os questionamentos possíveis à crise ambiental, e nunca dissociá-la do modo de produção dominante (capitalista) que historicamente foi um dos responsáveis por subjugar e eliminar outras maneiras de conhecimento (LEFF, 2009b; PORTO GONÇALVES, 2012), culminando em uma mercantilização da natureza e em desastres naturais que dizimam os ecossistemas e as culturas das sociedades autóctones e tradicionais, principalmente dos países subdesenvolvidos.

Portanto, para Leff (2009a, 2009b, 2011), é necessário um conceito interdisciplinar de ambiente que reflita toda a sua complexidade, o que também não se resumiria na simples construção de propostas interdisciplinares, mas sim em uma ruptura epistemológica com as ciências tal qual as conhecemos, rumo à criação de um saber ambiental que possa dar conta das múltiplas determinações que têm emergido como consequências das transformações modernas, isto configuraria o saber ambiental. Este saber ambiental incorpora novas práticas sociais e produtivas orientadas pela sustentabilidade e pela racionalidade ambiental, por meio da reconfiguração de identidades e de sujeitos culturais que se revelam em novas práticas culturais e em novos territórios de vida.

COMPLEXIDADE

Estamos em um planeta minúsculo, satélite de um Sol de subúrbio, astro pigmeu perdido entre milhares de estrelas da Via-Láctea, ela mesma galáxia periférica em um cosmo em expansão, privado de centro. Somos filhos marginais do cosmo, formados de partículas, átomos, moléculas do mundo físico. E estamos não apenas marginalizados, como também perdidos no cosmo, quase estrangeiros, justamente porque nosso pensamento e nossa consciência permitem que consideremos isso [...]. (MORIN, Edgar. A cabeça bem feita, 2012, p.35).

A complexidade das questões ambientais está expressa no diálogo de saberes que se faz necessário para tratar dessas questões, pois os conflitos ambientais do mundo contemporâneo não se resolverão apenas pela ciência, técnica ou economia, mas sim por valores culturais e tipos alternativos de “desenvolvimentos”, em que o uso dos recursos naturais esteja associado a significados sociais atribuídos a natureza, como demonstra Leff (2011). Tal compreensão coaduna com o sentido original do termo complexo, “o que é tecido junto” (MORIN, 2012, p.14).

A complexidade ambiental reivindica a participação de especialistas que trazem pontos de vistas distintos, porém complementares, sobre um problema, como, por exemplo: ecólogos, geógrafos, agrônomos, engenheiros, geólogos, químicos, economistas, antropólogos, sociólogos, historiadores, entre outros (LEFF, 2011; LIU et al, 2007).

Algumas das questões que devem ser superadas para trabalhar a questão da complexidade são os dualismos entre sociedade/cultura e natureza (DIEGUES, 2019; LIU et al, 2007; MORAN, 2011; MORIN, 2012). Para romper com esses dualismos, podemos começar interpretando os conhecimentos e, em específico, os conhecimentos tradicionais, como manifestações da cultura de um período e de uma sociedade, associadas com o ecossistema local e com a manutenção da biodiversidade, por meio da Etnoconservação, que enxerga os conhecimentos tradicionais e populares como mantenedores de uma biodiversidade por meio do manejo do ambiente, ou seja, de um etnomanejo e uma

etnobioidiversidade, “[...] isto é, a riqueza da natureza da qual participam os seres humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a [...]” (DIEGUES, 2019, p.120).

Uma das recomendações de Morin (2012) para a questão da complexidade é a consideração acerca do problema do método, entendido como uma disciplina do pensamento, um exercício para a elaboração da estratégia cognitiva, situando e contextualizando as informações e o conhecimento, e, além disso, tornando-os aptos a enfrentar os desafios da complexidade e do pensamento complexo. Para Morin (2012), a complexidade é um desafio posto frente a realidade ou problemas cada vez mais multidimensionais, globais e transdisciplinares, mas que devemos buscar superá-lo colocando os saberes em diálogo, transitando e atravessando as fronteiras das disciplinas, e nunca devemos abandonar essa busca, por mais difícil que ela seja, em especial nos estudos ambientais em que a cada dia novos conhecimentos são construídos e as transformações ocorrem em uma velocidade imensa.

A complexidade ambiental acende novas luzes para o futuro, por meio dos interstícios abertos pelo rompimento de uma racionalidade dualista e do pensamento totalitário, pois alguns significantes de práticas discursivas estabelecidos pela ordem mundial já perderam a sua capacidade de explicar o mundo, se fazendo necessária uma emancipação desses paradigmas dominantes e colonizadores (LEFF, 2015).

Leff (2009a, 2011) chama a atenção para o fato da complexidade ambiental não se realizar somente com a análise sistêmica das relações entre processos, não se tratando apenas de “unir” os conhecimentos, que foram separados por séculos, mas deve-se também questionar a racionalidade geradora da problemática ambiental global em busca de uma nova racionalidade (não eurocêntrica e híbrida), capaz de transformar os paradigmas atuais do conhecimento, de abrir as ciências, as tecnologias e os saberes tradicionais e populares a uma hibridização.

Porto Gonçalves e Leff (2015) afirmam que o conhecimento tradicional, historicamente dominado e oprimido pela racionalidade moderna e ocidental, está sendo reconfigurado em configurações locais emergentes (como os seringueiros no Brasil e os afrocolombianos), que hibridizam formas tradicionais com a ciência e a com a tecnologia.

Traditional societies and local economies do not only produce use and exchange values; they generate also “meaningful use values” which reflects the complex relation of the natural and the symbolic order in socio-economic and political relations of production. Under this rationality, nature is not submitted to the strategies of sustainable development and guided by the dominant economic rationality. Environmental rationality deconstructs economic rationality by constructing an eco-technological-cultural paradigm of production founded on the principle of negentropic productivity. (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015, p.85).

Essa nova racionalidade ambiental¹² está no que Leff denomina de saber ambiental (LEFF, 2009a, 2011, 2015), sendo que reconhecer esse saber ambiental, como um encontro de saberes codificados pelas ciências com os saberes codificados pelos modos de vidas e culturas, é ter como pressuposto de que não é possível sair da crise ambiental mediante uma administração científica e

12 Para Leff (2009a, 2009b), são múltiplas as racionalidades ambientais, as quais dependem do contexto, de identidades culturais específicas e de processos concretos de apropriação da natureza.

mercadológica da natureza, mas sim com uma valorização das culturas, modos de vida, e dos saberes tradicionais. Dessa maneira, Enrique Leff (2011, p.331) afirma que o saber ambiental:

[...] implica um rompimento com o conhecimento universal e disciplinar que implanta o regime de dominação da natureza através da ciência e que se situa acima dos saberes e identidades culturais. [...] é um saber identificável, conformado por e arraigado em identidades coletivas que dão sentido a racionalidades e práticas culturais diferenciadas. [...] O saber ambiental se forja no encontro (enfrentamento, entrecruzamento, hibridização, antagonismo) de saberes diferenciados por matrizes de racionalidade-identidade-sentido que respondem a estratégias de poder pela apropriação do mundo e da natureza.

Arturo Escobar (2015) afirma que o saber ambiental de Leff inclui o real (constituído por ordens ontológicas hibridizadas de natureza, cultura e tecnologia) e os efeitos nesse real da mercantilização do mundo, da crescente influência da tecnologia nas vidas e nas ciências, que se rearticulam em novas formas de conhecimento para além das disciplinas.

Portanto, é nessa ruptura e desconstrução de poder imposto pelo conhecimento eurocêntrico e pela ciência moderna que a complexidade e a interdisciplinaridade se abrem para a reconstrução do saber, um saber ambiental, fundado na reconstituição das identidades e no diálogo entre saberes.

Essas novas realidades são construídas a partir de uma desconstrução dos conhecimentos simplificadores, unitários e globalizantes, em que a complexidade ambiental tenha significado plural e possa emergir a partir da relação entre o real e o simbólico, como um processo de hibridização da natureza, da ciência, da tecnologia, das culturas e dos saberes tradicionais e populares. Com isso, a complexidade ambiental rompe o campo da interdisciplinaridade entre paradigmas científicos e avança para um diálogo de saberes, como propõe a Ecologia Política.

CONSTRUINDO UMA ECOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA

A Ecologia Política, como se referindo as relações de poder, hierárquicas e de classe em torno da produção social e apropriações da natureza, tem os seus precursores em Karl Marx, Friederich Engels e Priot Kropotkin, e surge como disciplina, práxis política e campo teórico na encruzilhada entre diversas disciplinas, campos do saber e teorias, como a Geografia Humana, Antropologia Ambiental, Etnobiologia, Ecologia Humana, Racionalismo Crítico, Sociologia Ambiental, Economia Ecológica, Estudos Pós-desenvolvimentistas, Pós-coloniais, Ecomarxismo, Ecofeminismo, teorias da Complexidade, Pós-estruturalismo e Pós-construtivismo. O campo surge como uma resposta à crise ambiental e do saber, que aflora nas décadas de 1960 e 1970, dentro e fora do campo científico, emanando a necessidade de uma responsabilidade social pela natureza deixada de lado pela Economia Política (LEFF, 2015; LITTLE, 2006; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

A Ecologia Política vem sendo construída nos últimos 40 anos na colaboração de muitas teorias, sobretudo aquelas latino-americanas que buscaram questionar e articular a racionalidade ambiental e econômica. Os fundamentos da Ecologia Política, elaborados no Norte nas últimas décadas, se concentram no desenvolvimento do setor agrário nos países subdesenvolvidos (Sul Global), incluindo camponeses e indígenas e suas práticas tradicionais (LEFF, 2015). No Sul Global, a Ecologia Política emerge de uma política de diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus

povos (ESCOBAR, 2015), de suas estratégias de emancipação para descolonização do conhecimento, reinvenção de territórios e reapropriação social da natureza. Esse movimento teórico vem acompanhado das práxis, como o processo de construção e politização das identidades como maneira de buscar uma reapropriação social da natureza (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Entre as principais teorias e autores que deram aportes para a construção de uma Ecologia Política latino-americana, podemos citar: José Carlos Mariátegui (para a descolonização dos povos originários), a Teoria Marxista da Dependência (Rui Mauro Marini, André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Pablo Gonzáles Casanova), a Teologia da Liberação (que teve um papel fundamental na emancipação e na organização dos movimentos camponeses e rurais a partir da década de 1960 e 1970, com o aporte intelectual de Leonardo Boff, Frei Betto, Frei Tito, Camilo Torres, entre outros), a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire (o papel da educação na politização das massas) e mais recentemente as abordagens descoloniais (Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Catherine Walsh, Edgardo Lander e Silvia Cusicanqui) (PORTO GONÇALVES, 2012).

Nesse sentido, Ecologia Política é o campo teórico e político em que diferentes estratégias para o uso e apropriação da natureza se conflitam, tratando-se do estudo dos conflitos de distribuição ecológica, ou seja, conflitos que envolvem o acesso e o controle dos recursos naturais, particularmente como fonte de subsistência (ESCOBAR, 2015). A ênfase da Ecologia Política é nas relações de poder que tencionam todas as relações sociais, como as relações sociedade e natureza, relações de poder embutidas no conhecimento, na produção e apropriação da natureza, tratando-se do campo em que discursos, comportamentos e ações incorporados no conceito de natureza são contestados (LEFF, 2015).

Dentro do campo da Ecologia Política muitos conceitos redefinem o seu significado e diferentes estratégias para a reprodução da natureza são confrontadas. Little (2006) afirma que a Ecologia Política cria um espaço transdisciplinar em que cada matriz disciplinar emprega seus conceitos e técnicas próprios, por exemplo, a etnografia. São exemplos desses conceitos que são apropriados dentro do campo da Ecologia Política: natureza, biodiversidade, território, autonomia, identidade, desenvolvimento e sustentabilidade (LEFF, 2015). Esse conflito pode ser visto, por exemplo, nas abordagens de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: a primeira é marcada pela geopolítica dominante, pelo neoliberalismo e pela globalização econômica, já a segunda é marcada pela emancipação popular (LEFF, 2015; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

The strategies for the construction of sustainable societies are configured by theoretical struggles and the politicization of concepts. Concepts such as nature, biodiversity, territory, autonomy, identity, self-management, development and sustainability are redefining their meaning in the conflictive field of political ecology, where different strategies for the appropriation of nature are confronted. Thus, the concept of territory in the field of political ecology differentiates from anthropological concepts related to the cultural construction of space. Territoriality or territorialization are processes arising from the encounter of conflictive rationalities in the social construction of space; likewise, the discourse and the geopolitics of sustainable development is confronted by the concept of sustainability drawn from environmental rationality. (LEFF, 2015, p.41).

Acreditamos que o pensamento social ambiental latino-americano possa se encaixar nessa perspectiva de sustentabilidade pautada na reapropriação da natureza, na construção de novas racionalidades ambientais e na (re)existência de identidades, em oposição às estratégias capitalistas de apropriação da natureza. As estratégias da geopolítica do desenvolvimento sustentável está inserida em um projeto de colonização do conhecimento para dominação e submissão da natureza, como demonstra Leff (2015).

Porto Gonçalves (2012, p.25-26) vai ao encontro da compreensão de Leff (2015) ao afirmar que:

A ironia da história, e aqui mais ainda da geografia, é que as regiões que são visadas para serem demarcadas como unidades de conservação de uso restrito, definidas quase sempre pela ciência convencional, são exatamente aquelas que, por terem ficado à margem do mercado e ocupadas por populações tradicionais com outras matrizes de conhecimento, são as regiões que abrigam a maior riqueza em água e em biodiversidade do planeta. [...] Temos assim uma nova geopolítica com a globalização e o desenvolvimento sustentável como nova forma de colonização/exploração, a que criativamente corresponde uma série de respostas críticas dos povos da América Latina.

Na América Latina, a luta dos povos por territórios configurou um novo desenho geopolítico contra o neoliberalismo, sobretudo após os anos 1990. Isso desencadeou processos de emancipação de povos tradicionais para a reapropriação de seus territórios ancestrais, muitas vezes por meio da legitimação (por parte do Estado) dos territórios ocupados por esses grupos. Dessa maneira, as lutas territoriais se tornaram uma questão marcante na Ecologia Política latino-americana, revelando os conflitos e colocando a questão dos direitos a diferença e refletindo em algumas políticas identitárias não essencialistas, que retomaram os debates de classe e etnia que se iniciaram na década de 1920 com Mariátegui (2007 [1928]) e mais recentemente os debates de raça e classe feitos por Quijano (2000, 2005).

O foco nos grupos sociais e em suas relações com a natureza emana o tema das práticas ambientais em conflito, tornando os conflitos socioambientais um elemento central da Ecologia Política (LITTLE, 2006). Os conflitos socioambientais que estão no cerne da Ecologia Política, bem como a politização de conceitos como cultura e natureza, têm produzido um debate teórico e político acerca do conceito de território, que passa a ser reinventado como um lugar e um espaço de reapropriação social da natureza.

Esses debates e conflitos envolvem a defesa das condições ambientais, dos valores culturais, da identidade e das práticas sociais, por isso, a tríade território-territorialidade-territorialização emerge no núcleo da Ecologia Política (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015). Esse processo foi observado na emergência de novas identidades em toda a América Latina, que devido a conflitos socioambientais e/ou territoriais se reinventam com base em suas diferenças, entre as quais podemos citar: os seringueiros, caiçaras, quebradoras de coco babaçu (Brasil), os afrocolombianos (Colômbia), os Zapatistas (México) e os Sandinistas (Nicarágua).

These social actors emerge from their resistance to being absorbed (de-territorialized) by globalization and their claims to redefine their environments and their cultural identities in order to build their sustainable worlds. In this perspective, these resistance processes turn to be movements of r-existence. These populations do not only resist against dispossession and de-territorialization: they redefine their forms of existence through emancipation movements, by reinventing their identities, their ways of thinking, their modes of production and their livelihoods. (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015, p.74).

Essas lutas e reivindicações tem ocupado um relevante papel para a libertação de uma longa história de colonização, exploração, subjugação cultural, espoliação dos meios de vida, desterritorialização e destruição dos patrimônios bioculturais. Essa emancipação envolve a politização dos territórios ancestrais e tradicionais em processos que incorporam os direitos de reapropriação desses patrimônios e na reconstrução dos territórios em uma perspectiva da sustentabilidade diante da crise ambiental.

Esse debate em torno do território é resultado de um processo expropriador¹³ e desterritorializador em que por meio da crise ambiental abre um questionamento sobre a relação sociedade-natureza, que, na América Latina, ganhou outros protagonistas, politizando os conceitos de natureza e cultura e deslocando a luta pela terra para a luta por território (PORTO GONÇALVES, 2012), em que este passa a ser visto como resultado da cultura mais biodiversidade (ESCOBAR, 2015).

Nesse sentido, a natureza e a cultura são politizadas. Enfim, território é igual à natureza mais cultura através das relações de poder, e essa é uma das principais contribuições da América Latina para a ecologia política. A partir dessa perspectiva, o debate ambiental requer a explicitação das relações sociais e de poder que lhes são constitutivas. (PORTO GONÇALVES, 2012, p.34).

Esse movimento de emancipação passa pela descolonização do conhecimento que deve implicar o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos tradicionais, bem como a reapropriação social da natureza, elementos que estão enraizados na reinvenção de identidades culturais, o que implica uma politização de conceitos como identidade e diferença.

Dessa forma, o que está em jogo nos conflitos socioambientais e territoriais são os caminhos alternativos para a sustentabilidade, baseados na reapropriação social da natureza e dos territórios e na (re)existência das populações tradicionais. Para Leff (2015), os conflitos socioambientais derivam da distribuição ecológica desigual e das distintas estratégias de apropriação dos recursos ecológicos, dos bens naturais e serviços ambientais, são conflitos que expressam as controvérsias derivadas de diversas ou opostas visões e significados de natureza. Esses conflitos são o foco da Ecologia Política:

Political ecology informs environmental policies but focuses on social conflict regarding the distribution of environmental potentials and ecological costs, rather than in policy-making for ecological planning. The politicization of ecology is the expression of power struggles and strategies for the reappropriation of nature. (LEFF, 2015, p.39).

13 Porto Gonçalves (2012) define duas ondas expropriatórias que constituíram o Mundo Moderno Colonial: a primeira foi a invasão às Américas, desde 1492, que expropriou os indígenas e desterritorializou os africanos; a segunda foi a que se deu nos séculos XVII e XVIII na Europa contra os camponeses através do processo dos cercamentos (enclosures), minando o uso comum e a propriedade familiar.

Observa-se então que uma diversidade de novos sujeitos políticos tem emergido como uma resposta à crise ambiental e civilizatória e a expansão do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal (LITTLE, 2006). A disputa dá-se em torno da reapropriação social e cultural da natureza e a construção de sociedades e identidades fundadas nas condições ecológicas e culturais dos povos, a construção dos chamados Territórios de Diferença (ESCOBAR, 2015).

Portanto, esses conflitos socioambientais estão redefinindo as relações de poder no campo da Ecologia Política para uma reapropriação social da natureza em relação à (re)existência de identidades culturais. Esse movimento dá-se por meio da construção de uma nova racionalidade ambiental que está pautada em uma desconstrução de algumas teorias eurocêntricas e na descolonização do conhecimento, que implica uma hibridização nas formas de conhecimento e uma politização do território, da identidade, da alteridade para a construção de uma sustentabilidade que seja enraizada em territórios culturais (LEFF, 2015).

Esse processo demanda a desconstrução de conhecimentos provenientes do Norte, a emancipação dos conhecimentos subjugados e incorporados nos seres culturais e nos territórios de vida, abrindo perspectivas para construir um mundo fundado nos potenciais ecológicos e culturais dos povos.

A Ecologia Política não é só para entender a natureza ontológica e política dos conflitos socioambientais e as estratégias de poder envolvida nas lutas sociais pela distribuição e acesso aos recursos ecológicos, mas para prever novos potenciais de outros conhecimentos provenientes da renovação de sistemas tradicionais de manejos e da reinvenção de identidades. Dessa forma, por meio dos direitos de ser da diversidade cultural, de uma política da diferença e de um diálogo de conhecimentos, serão abertos novos caminhos em direção à sustentabilidade para a reapropriação social da natureza, a organização de movimentos sociais, e a construção de uma política ética e de procedimentos jurídicos para que a solução dos conflitos socioambientais seja pacífica e com justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental, tanto em níveis globais, quanto em níveis locais, era interpretada pelas ciências de uma maneira em que o saber era tratado como disperso e fragmentado (CASTRO, 2007; LEFF, 2011; MORAN, 2011; MORIN, 2012), unidimensionalizando o multidimensional (MORIN, 2012). A partir dos anos 1960, frente à crise ambiental e do saber que se instala (DIEGUES, 2001; PORTO GONÇALVES, 2012; LEFF, 2011; MORIN, 2012), ocorre um movimento global de repensar e reformular o saber por meio da interdisciplinaridade, o que ecoa na emergência de novas disciplinas, como a Ecologia.

Esse momento marca uma mudança de paradigma dentro das ciências e de uma maneira mais específica das Ciências Sociais e Ambientais em que, para dar conta das questões postas, não era mais possível continuar com uma forma de saber e de interpretações fragmentado e dividido (CASTRO, 2007). Nesse sentido, inicia-se um maior diálogo entre as Ciências Humanas e Naturais. Segundo Morin (2012), esse movimento (de emergência de novas ciências inter e transdisciplinares, como a Ecologia) permitiu situar a dupla condição humana, natural e metanatural, bem como a condição de totalidade

complexa físico-biológica-antropológica da Terra.

Para Leff (2009b), a natureza, que é um domínio ontológico real, está cada vez mais hibridizada com a cultura e com a tecnologia, o que traz uma necessidade de uma hibridação entre as diversas áreas das Ciências Naturais e Humanas, como defendem Castro (2007), Diegues (2001, 2019), Morin (2012), Porto Gonçalves e Leff (2015), mas também entre as formas de conhecimento tradicionais e populares, como os saberes dos povos originários e das comunidades tradicionais, que, por muitos anos (desde a expansão marítima e o encontro de diversos povos), foram subjugadas, como o são até hoje. Essa subversão aos saberes ocidentais capitalistas (neoliberais e dominantes) deve ocorrer por meio do estabelecimento de uma nova racionalidade ambiental, fundada no Saber Ambiental (LEFF, 2009a, 2009b, 2011) e nos saberes tradicionais (DIEGUES, 2019).

Nessa perspectiva, defendemos uma concepção anticolonial da natureza e do ambiente que enfatize a relação entre os processos ecológicos, econômicos e culturais que produzem o que nós ocidentais chamamos de natureza. Isto implica na construção da diferença como base para uma crítica às concepções dominantes de natureza e cultura, bem como na construção de ferramentas para a reconstrução de abordagens socioecológicas, baseadas em saberes hibridizados entre os populares, científicos e tecnológicos.

Cabe a nós, pesquisadores, analisar os processos de mudança social por que passam essas sociedades tradicionais, para evitar que a expansão de atividades baseadas no mercado e na reprodução do capital devastem os ecossistemas provocando empobrecimento social e degradação ambiental, e, além disso, que os sistemas tradicionais de manejo caiam em desusos e sejam substituídos por sistemas chamados modernos. Nesse sentido, a criação de áreas protegidas pode vir a proporcionar relações menos conflituosas das comunidades com seus ambientes, podendo assim, adaptar os sistemas tradicionais de manejos a situações emergentes contemporâneas.

Dessa forma, acreditamos que a melhor maneira de descolonizar a América Latina, por meio dos saberes, seria a de constituição de saberes e conhecimentos híbridos, em que os conhecimentos científicos e os populares e tradicionais (dos indígenas, dos camponeses, das populações negras), juntamente com suas experiências históricas, sejam socialmente e cientificamente valorizados. Enfim, devemos colocar em questão a versão europeia da modernidade e da racionalidade, propondo a nossa própria racionalidade como alternativa ao estágio predatório do capitalismo global.

REFERÊNCIAS

- BORON, Atílio. Notas sobre a atualidade do imperialismo e a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos. In: LÓPEZ, Emiliano (org.). As veias do Sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo em nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 95-140.
- BRASIL. Decreto nº 6040 de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: . Acesso em: 15 nov. 2022.
- CASTRO-GOMÉZ. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro. In.: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.
- CASTRO, Josué de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (orgs.). Josué de Castro: vida e obra. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 165-173.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Anna. Conhecimento, práticas tradicionais e a etnoconservação da

- natureza. Desenvolvimento e meio ambiente, v.50, p.116-126, 2019. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2022.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. Ecologia humana e planejamento costeiro. 2. ed. São Paulo: NUPAUP/USP, 2001.
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de la diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes. 2. ed. Popayan: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2015.
- ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 113-144.
- GOMÉZ POMPA, Arturo. KAUS, Andrea. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A. C. S. (org.) Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub/USP, 2000. p. 125-148.
- LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 11-40.
- LEFF, Enrique. Political Ecology: a Latin American Perspective. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 29-64, 2015. Disponível em: . Acesso em: 10 nov. 2022.
- LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. Olhar do professor, v. 14, n.2, p. 309-335, 2011. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2022.
- LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. Educação e Realidade, v.34, n.3, p.17-24, 2009a. Disponível em: . Acesso em: 24 nov. 2022.
- LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009b.
- LITTLE, Paul Elliott. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico metodológico. Horizontes Antropológicos, a. 12, n. 25, p. 85-103, 2006. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2022.
- LIU, Jianguo; DIETZ, Thomas; CARPENTER, Stephen; ALBERTI, Marina; FOLKE, Carl; MORAN, Emilio; PELL, Alice; DEADMAN, Peter; KRATZ, Timothy; LUBCHENCO, Jane; OSTROM, Elinor; OUYANG, Shiyun; PROVENCHER, Willian; REDMAN, Charles; SCHNEIDER, Stephen; TAYLOR, Willian. Complexity of Human and Natural Systems. Science Magazine, v. 317, n. 14, p. 1513-1516, 2007. Disponível em: . Acesso em: 28 nov. 2022.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 ensayos de interpretación de la realidad peruana. 3. ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayauchó, 2007.
- MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 55-86.
- MORAN, Emilio. Meio Ambiente e Ciências Sociais: interações homem - ambiente e sustentabilidade. São Paulo: Senac, 2011.
- MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Revista INTERthesis, v.9, n.1, p. 16-50, 2012. Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2022.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. Political Ecology in Latin America: the Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 65-88, 2015. Disponível em: . Acesso em: 03 dez. 2022.
- PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. Polis: revista latinoamericana, v.11, n.31, p. 295-332, 2012. Disponível em: . Acesso em: 23 nov. 2022.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Revista de estudos avançados, v.19, n.55, p. 9-31, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgar (org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 201-246.